

MOVIMENTO ESTUDANTIL NA ERA DIGITAL E A MORTE COMO ATOR SOCIAL
STUDENT MOVEMENT IN THE DIGITAL ERA AND DEATH AS A SOCIAL ACTOR

“Você me prende vivo, eu escapo morto/de repente, olha eu de novo”

Laura de Castro Silva¹
Tássia A. Gervasoni²
Felipe da Veiga Dias³

Resumo: O artigo propõe-se a analisar o movimento estudantil sob uma perspectiva de organização social e as influências e nuances da tecnologia dentro do movimento, para, posteriormente, a partir da conformação histórica do regime democrático, verificar de que forma a morte pode ser tida como ator social dentro do movimento estudantil na era da internet e em um contexto (re)definido pela racionalidade neoliberal? Para tanto, vale-se do método de abordagem dedutivo, métodos de procedimento histórico e monográfico e como técnica de pesquisa a documentação indireta. Conclui-se que o movimento estudantil se trata de uma organização social que é marcada pelas influências da era digital e do neoliberalismo, sendo que a morte pode ser vista como ator social e um elemento a ser utilizado na resistência.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Democracia. Tecnologia. Resistência. Morte como ator social.

Abstract: The article aims to analyze the student movement from a perspective of social organization and the influences and nuances of technology within the movement, in order to subsequently verify, based on the historical conformation of the democratic regime, how death can be considered a social actor within the student movement in the internet age and in a context (re)defined by neoliberal rationality? To this end, it will use the deductive approach method, historical and monographic procedure methods and indirect documentation as a research technique. It was concluded that the student movement is a social organization that is marked by the influences of the digital era and neoliberalism, and death can be seen as a social actor and an element to be used in resistance.

Keywords: Student Movement. Democracy. Technology. Resistance. Death as a social actor.

¹ Mestranda em Programa de Pós-Graduação em Direito, com bolsa Taxa PROSUP/CAPES. Atitus Educação. E-mail: lauradecastro.silva@outlook.com

² Doutora em Direito. Atitus Educação. E-mail: tassia.gervasoni@atitus.edu.br

³ Pós-Doutor em Direito. Atitus Educação. E-mail: felipe.dias@atitus.edu.br

INTRODUÇÃO

Durante regimes ditatoriais, inúmeras costumam ser as expressões e forças sociais encontradas para a resistência. Inspirando a epígrafe do presente trabalho, por exemplo, rememora-se a música “Pesadelo”, composta por Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós, escrita no auge da ditadura militar no Brasil e evidenciando muito da repressão da época, bem como do ardor das movimentações contra o regime. Assim como tantos artistas, os estudantes foram atores igualmente ativos nessa resistência.

Apesar de parecer um episódio finalizado pelo curso histórico a partir da redemocratização, da qual a Constituição Federal de 1988 é símbolo, dois fatores importantes escancaram esse caráter meramente aparente da superação ditatorial: os resquícios autoritários que permeiam as instituições e o tecido social (amplamente estudados e denunciados); e a ascensão de uma política antidemocrática nas últimas décadas (não apenas no Brasil, mas de forma globalizada). Pela atualidade e relevância do tema, portanto, justifica-se o presente trabalho. A partir do inegável caráter globalizado e tecnológico da sociedade contemporânea, pode haver a sensação de que há um crescimento às avessas das movimentações sociais, visto que é inequívoca a ascensão de uma política e de organizações que são antidemocráticas, não havendo uma demarcação territorial quanto a isso justamente porque, com o uso das tecnologias, as articulações perpassam tais “barreiras”. De outra banda, no que diz respeito ao contexto do movimento estudantil, que será o foco da investigação, ressoam até os dias de hoje as mortes de membros do coletivo estudantil que ocorreram à época da ditadura militar brasileira, sendo notório que, não obstante tenha havido uma mudança na construção da organização social, esse ator social foi essencial para a constituição e retorno da democracia brasileira.

Contemporaneamente, há um novo fator em todo esse contexto, constata-se que a ocupação em espaços digitais e a articulação de movimentos pró-democracia possuem papel fundamental na consolidação democrática do país e na efetivação de direitos fundamentais, especialmente considerando que inúmeros avanços na democracia brasileira ocorreram em virtude da organização destes coletivos estudantis, que historicamente se movimentaram sem o uso da internet e das tecnologias comunicacionais. Sendo assim, com a globalização e a emergência de novos atores no cenário não apenas nacional, mas internacional, e,

considerando o alcance das redes na era digital, é preciso pensar o papel e reavaliar as possibilidades das movimentações estudantis. Para isso, pretende-se analisar, em um primeiro momento, o movimento estudantil sob uma perspectiva de organização social e as influências e nuances da tecnologia dentro do movimento, para, posteriormente, verificar, a partir da conformação histórica do regime democrático, de que forma a morte pode ser tida como ator social dentro do movimento estudantil na era da internet e em um contexto (re)definido pela racionalidade neoliberal?

Para tanto, valer-se-á do método de abordagem dedutivo, visto que se pretende considerar aspectos mais amplos da temática para, posteriormente, apreciar as questões específicas. Ainda, utilizar-se-á do método de procedimento histórico e monográfico, tomando como base fontes já constituídas na trajetória do tema, as quais se adequam a uma proposição de aprofundamento específico, o que se aparta da produção de uma abordagem analítica ou apreciação generalista sobre o assunto. Tem-se, ainda, como técnica de pesquisa, a documentação indireta, por meio da análise de informações e dados prévios acerca do objeto de estudo proposto.

1. MOVIMENTO ESTUDANTIL: organização social e as influências da tecnologia

Quando se fala em história do Brasil e compara-se com à de seus vizinhos latino-americanos, pode-se dizer que o país tem uma trajetória peculiar, a começar pelo fato de que o Brasil é um dos únicos a ter como língua nativa o português e que depois da independência, cercado por repúblicas, tinha como forma de governo, a monarquia. Toda essa história constitucional e política, na verdade, “tem um fundamento elitista porque o povo não a escreveu” e, nesse sentido, os diversos movimentos que a reivindicam buscam estabelecer justamente uma identidade alicerçada no pluralismo social (Bonavides; Andrade, 1991, p. 5). Conforme retratado por Schwarcz (2019, p. 65) quanto às lacunas existentes no país, falta aos brasileiros o interesse pelo coletivo e exercício dos direitos sociais, qual seja, a participação na riqueza coletiva, de modo que, diante destes impedimentos, expõe-se ainda mais a fragilidade da República, tornando-a especialmente vulnerável ao ataque do patrimonialismo e da corrupção. Deste modo, pode-se dizer que o mundo dos dominados,

por ter se tornado fragmentado, desconhece a forma de engendrar uma vontade coletiva de maneira a ter efeitos sobre a orientação da sociedade (Touraine, 2011, p. 15). No que concerne ao movimento estudantil brasileiro, pode-se dizer que sua trajetória remonta a grandes momentos históricos, além de ter conseguido (ao menos por algum tempo) ser o ator social de maior força e organização, atraindo outros grupos e movimentos sociais para dentro de suas mobilizações (Mesquita, 2003, p. 117). Consequentemente, é fundamental, a fim de fomentar o debate, entender a pluralidade existente dentro do movimento estudantil, visto que o coletivo agrega inúmeros grupos em sua ramificação, sendo desde a mais orgânica (ligada a partidos políticos) até grupos independentes ou anarquistas, não havendo uma hierarquização quanto à importância de cada “grupo”, pois se vê de forma coletiva (Mesquita, 2003, p. 120).

Em contrapartida à última elucidação apontada acima, segundo Mesquita, o aspecto da partidarização do movimento estudantil está intimamente ligado ao distanciamento que ocorre dos estudantes junto ao movimento, pois isso pode ser entendido pelos indivíduos como o “aparelhamento das entidades” pelos partidos políticos, arriscando-se dizer que há “a institucionalização no movimento de uma prática política reprodutora de um habitus” (Mesquita, 2003, p. 125). Vê-se, desta forma, uma dualidade quanto a um mesmo fator dentro do movimento, devendo-se levar em consideração, ainda, que o movimento estudantil também se caracteriza pelo fato de ter em si a capacidade de manifestar sua pluralidade, ou seja, “a questão da unidade é pertinente, desde que, resguardado o espaço para a manifestação da diferença” (Mesquita, 2003, 126). Essa pluralidade intrínseca aos movimentos estudantis visualiza-se também pela sua não linearidade histórica e pela diversificação de suas pautas, que foram acompanhando as mudanças do contexto social e incorporando reivindicações distintas (relativas ao feminismo e à resistência anticapitalista, por exemplo). Estudos mais recentes, inclusive, realizados no Brasil entre as décadas de 2000 e 2010, evidenciaram formatos múltiplos e diversos da ação coletiva de jovens. Por isso, “além do reconhecimento dessa significativa pluralidade seria preciso avançar na compreensão dos desenhos da ação coletiva que envolve jovens”. Considerando o que tem sido debatido em termos de teoria dos movimentos sociais, “as mobilizações observadas a partir dos anos 2000 tendem a ser compreendidas como ‘novos’ ou ‘novíssimos movimentos

sociais”, o que surge como significativo quando se busca analisar as inovações e rupturas desses movimentos (Sposito; Almeida; Corrochano, 2020, p. 11-12).

Historicamente, a importância de que se revestem atores sociais dentro das sociedades é inestimável, sendo que as incontáveis lutas e reivindicações estabelecidas por diferentes coletivos e organizações sociais durante as inúmeras crises democráticas enfrentaram diversos obstáculos externos, dentre os quais: repressão policial, censura e representação midiática distorcida, falta de responsividade por parte das instituições públicas e inércia das estruturas econômicas existentes. Porém, de acordo com Nunes (2023, p. 1), esses obstáculos existem em qualquer tentativa de transformação social, devendo haver sua superação para a conquista (e manutenção) de direitos. O autor supramencionado traz em sua obra a reflexão sobre como, com exceção de algumas situações, os poderosos (dominadores) podem contar com seu poder para garantir, “na hora da verdade”, que as pessoas cumprirão suas ordens, ou seja, eles possuem o “poder sobre”, enquanto os mais fracos (dominados) “não têm nada além da sua capacidade de agir”. Todavia, o poder de cada indivíduo não é tão grande para fazer frente ao poder dos dominadores, por isso, é essencial que os indivíduos ajam conjuntamente e “é por isso que o sujeito da política é sempre o coletivo” (Nunes, 2023, p. 37-39).

Valioso pontuar que se observa o poder e o seu exercício enquanto “um feixe de relações mais ou menos hierarquizadas, mais ou menos coordenadas, constantemente ameaçadas pela própria liberdade que procura domar e pelas formas de resistência que o atravessa” (Chignola, 2020, p. 29). Isso significa que as articulações e práticas estudantis representam zonas de fuga em prol da transformação, ou seja, práticas de resistência que escapam aos mecanismos de controle. Ademais, pode-se dizer que para haver transformação social relevante, é necessário haver a união de um grande número de indivíduos, em outras palavras, de um agente coletivo. Embora possa haver ações que pareçam ser individuais, sempre haverá pequenos agrupamentos de atividade coletiva, como, por exemplo, o indivíduo que pode não participar de ação iniciada pela coletividade (ir a uma manifestação), mas pode agir de modo a complementar a atividade (produzir cartaz, mobilizar outras pessoas, criar circunstâncias em que conhecidos possam radicalizar, etc.), logo, as ações estão entrelaçadas (Nunes, 2023, p. 37-43). Para tanto, é imprescindível que os movimentos sociais, em especial o que aqui se pretende analisar (movimento estudantil), consigam

redescobrir a importância da organização, notadamente porque “por mais brilhantes e memoráveis que fossem” as mobilizações, pautas reivindicadas permanecem sem solução, e um dos motivos para isso é a organização (Nunes, 2023, 1-2). Quanto a este ponto:

E “organizar-se” deve, em algum sentido, ser a coisa certa a se fazer, na medida em que esse é um termo aparentemente autoevidente quanto amplo o bastante em sua falta de especificidade para abarcar qualquer coisa. Ele corre o risco de ser aquilo que Fredric Jameson chamou de “pseudoconceito”: o imperativo de “organizar” se resume a faça aquilo que faz com que você seja mais em vez de menos eficaz. [...]. Diante dessa irrupção vasta e imprevisível que o livro de Badiou deseja registrar, o apelo à organização serve, por ora, como refrão de uma canção paradoxal: essa nova política é fantástica, mas parece ter chegado a seu limite; precisamos... da velha política (Bernes; Clover, 2012, n.p).

Necessário sublinhar que a questão da organização, mesmo que trazida de forma breve, é importante, visto que a partir disso é possível trazer à tona que toda a política é organizada, o que muda é a forma de organização (Nunes, 2023, p. 9). Aliás, o movimento estudantil também pode ser tido como uma organização, pois possui os requisitos para tal: (a) agenciamento de pessoas; (b) estruturas; (c) práticas; (d) procedimentos; (e) recursos; (f) funções; (g) identidades; (h) análises, (i) diretrizes e assim sucessivamente (Nunes, 2023, p. 6).

Nesse sentido, movimentos sociais e revoluções são agentes ativos na história humana, “eles foram estudados longamente e por boa razão: eles mudam a história” (Tufekci, 2017, p. 20, tradução nossa). Assim, considerando que o que se chama de conectividade digital remodela como os movimentos se conectam e se organizam⁴, relaciona-se isto com os movimentos estudantis brasileiros, em especial na sua atuação para a consolidação da democracia e efetivação de direitos fundamentais. Além disso, o que difere uma organização da outra é a sua forma de se articular e de utilizar das ferramentas disponíveis. Deste modo, de acordo com Crary (2023, p. 14), ferramentas e serviços digitais que são utilizados pelos indivíduos de forma global são subordinados ao poderio das

⁴ Nesse sentido, interessante exemplo é trazido a partir da Venezuela, em que as redes sociais irromperam como importante ferramenta para driblar o rígido controle estatal imposto sobre os meios de comunicação tradicionais. No primeiro trimestre de 2014, uma série de protestos liderados por estudantes que demonstravam descontentamento diante das deteriorações das condições de vida e dos direitos civis no país resultou em 42 mortos, 873 feridos e milhares de detenções. A partir disso, os usuários das redes sociais, notadamente do Twitter, valeram-se intensivamente desses recursos tecnológicos para denunciar os abusos e difundir informações sobre os acontecimentos (Said-Hung; Valencia-Cobos, 2017, p. 2-3).

organizações transnacionais e de atores não sociais que influenciam a política global. Sendo assim, tendo em vista que as redes digitais são uma espécie de ferramenta utilizada pelos movimentos estudantis e, de outro lado, sendo elas (redes) movidas por prioridades que corroboram com a deterioração e segregação causadas pelo capitalismo, impera trazer para discussão os prováveis prejuízos de seu uso.

A ideia de que a internet é onipresente e que um mundo sem essa ferramenta é inimaginável é mais uma forma de manipulação do sistema sobre os indivíduos, pois estes aceitam de forma passível a premissa de que rotinas on-line são sinônimas de que se está vivendo corretamente (Crary, 2023, p. 16). Porém, é a partir deste ponto que as condições para movimentações de resistência surgem, “políticas emancipatórias consistem em sempre fazer parecer justamente aquilo que dentro da situação é considerando impossível” (Badiou, 2002, p. 121, tradução nossa). Posto isso, registra-se que nas ações de movimentos sociais contemporâneos existem práticas (com suas limitações devido ao ambiente em que ocorrem) que compõem uma espécie de datativismo, no sentido de se contrapor ao modelo de apropriação de dados, via internet, hegemonicamente em operação por Estados e corporações (Sabariego, 2018, p. 84). Em síntese, incorpora-se aos processos de luta por direitos a resistência às forças tecnopolíticas ambientadas na incestuosa relação entre capitalismo, governos e tecnologia, por vezes ignorada pelos debates jurídico-sociais.

A partir da subordinação da internet a atores submissos ao mercado financeiro, cria-se a ilusão de que a simples “mudança de mãos” da internet seria a solução para que ela fosse independente ao capitalismo global, todavia, ambas estão entrelaçadas e o “complexo internético rapidamente tornou-se parte essencial da austeridade neoliberal”⁵, especialmente porque visa a individualização dos seres e a falsa noção de autonomia, potencializando a ideia de que a sociedade/coletividade não existem, o que existe são indivíduos (Crary, 2023, p. 18-20). Inclusive, essa percepção de instantaneidade da internet e da conexão global que ela produz, conforme reflexão de Crary (2023, p. 20), pode ser relacionada com o que Marx denominou como *weltmarkt* (mercado global) em 1850, tendo previsto a inevitabilidade da globalização capitalista onde a velocidade de circulação e troca seria reduzida em virtude da “anulação do espaço pelo tempo”, havendo, ainda, a dissolução

⁵ É preciso pontuar que se alinha ao trabalho o conceito de que a austeridade se trata de um plano neoliberal de que deflacionar a renda da grande massa populacional é inseparável da vontade de gerir as economias e a própria sociedade como sendo empresas (Dardot, Laval, 2017, p. 27).

da comunidade e das relações sociais. Nesse sentido, cabe referir que o medo dos indivíduos em irem contra o sistema se dá também pelo fato de que como tudo está interconectado (e-mail, Facebook, Instagram, WhatsApp, etc.), há o receio⁶ de serem lesados em seus trabalhos e, conseqüentemente, perderem sua renda, fazendo com que haja uma paralisação pela marginalização, logo, não conseguem derrotar o pensamento de que a ação não é possível. A reflexão trazida por Touraine (2011, p. 34) justamente quanto a este ponto é de que uma crítica intelectual extrema afirmaria que, caso não apoiada num partido revolucionário, as mobilizações terão como resultado o silêncio e a impotência.

Há uma trama mais complexa por trás dessa sensação de impotência que se instaura pelo medo ou pela desesperança. Na elaboração de Fisher (2020, p. 143-144), chama-se de “realismo capitalista” essa “crença de que não há alternativa ao capitalismo”. Todavia, isso não se manifesta ampla e claramente nos debates sobre economia política, “mas em comportamentos e expectativas mais banais, tais como nossa fatigada aceitação de que os salários e as condições (de vida e de trabalho) vão se estagnar ou deteriorar”. Aos poucos se introjeta que os tempos são outros e que o mundo agora é assim, numa passividade conformada que dá feitiços de certeza à suposição de que “a era da classe trabalhadora organizada acabou; o poder sindical está recuando; as empresas agora dão as cartas, e temos que entrar na linha”. Se para Fisher (2020, p. 144) “o realismo capitalista é uma expressão da decomposição de classe, e uma consequência da desintegração da consciência de classe”, tal como buscava o neoliberalismo, o conceito serve também para se pensar o papel dos movimentos sociais diante dessa conjuntura e da própria consciência. Para Touraine (2011, p. 42), as mobilizações que buscam conquistar direitos, potencializar recursos para efetivar direitos humanos (sem ameaçar a sobrevivência de uma empresa ou de um Estado), mesmo em meio a um mundo em movimento acelerado, obterão sucesso. O autor ainda vai referir um outro requisito para isso: a consciência.

⁶ Na verdade, pode-se considerar este receio como micropolítica da insegurança (Deleuze e Guattari), muito bem exemplificada por Lazzarato (2011, p. 28): “a insegurança do desempregado e do precário certamente não é a mesma do empregado de uma multinacional, com poupança salarial e participação financeira dos benefícios, porém existe um diferencial de medos que corre de um extremo ao outro do *continuum*. Como explicar, de outra forma, esse sentimento de insegurança generalizado (não só econômico) que reina em uma sociedade que, no entanto, nunca foi tão ‘protegida’? Da gestão diferencial dessas desigualdades se destacam medos diferenciais que atingem todos os segmentos da sociedade, sem distinção, e que constituem o fundamento ‘afetivo’ desse governo das condutas pela desigualdade. Quanto mais essas desigualdades estabelecem maiores distâncias, melhor elas cumprem seu papel”.

Somente o sujeito consciente de seus direitos pode opor-se à toda-poderosa globalização e ao neoliberalismo que submeteu a economia e os seres humanos ao mercado, esta instância supostamente mais racional do que as decisões emanando das pessoas e das instituições (Touraine, 2011, p. 46).

Em relação à necessidade de consciência e de uma perspectiva coletiva da sociedade, é importante mencionar que para além desses obstáculos encontrados na maioria dos movimentos sociais, quanto ao movimento estudantil também existe um desgaste que se concretiza no descrédito e na falta de participação dos estudantes dentro das ações estudantis, pois existe a falta de um “elo identitário” entre o movimento estudantil e os próprios estudantes, evidenciando a necessidade de diálogo para que a organização social dos estudantes realmente se constitua representativa (Mesquita, 2003, p. 123). Em acréscimo ao que foi explicitado acima, se o movimento não se une e já não possui a mesma capacidade de engajar os estudantes como o fazia, isso acaba sendo mais uma demonstração da conjuntura marcada pelo neoliberalismo, pautado no individualismo, na priorização do mercado financeiro e na manutenção do *status quo*.⁷

Inclusive, Brown (2020, p. 34) dedica um capítulo inteiro de sua obra “Nas ruínas do neoliberalismo” ao desmantelamento da sociedade, e um dos pontos trazidos pela autora é o fato de que a democracia só existe quando há igualdade política. Logo, conforme o exemplo, o poder de um povo em uma democracia não deve estar aliado à sistematização da violência “ou da miséria coletiva”, porquanto isso leva ao fim da democracia. Aliás, impera fazer menção ao depoimento de um estudante e que pode ser relacionado com essa elucidação:

Se eu for dizer pra você no geral existe uma distância muito grande. O estudante hoje, o universitário – que é o que eu posso te falar, não posso te falar do estudante secundarista – mas o universitário hoje está muito preocupado em entrar na universidade e conseguir uma bolsa que é muito difícil e pesa muito no currículo, se formar e conseguir um emprego, ou então

⁷ Nesse ponto pode-se retomar Paulo Freire, que ao tratar sobre a concepção problematizadora da educação enquanto prática da liberdade e do processo de ruptura dos oprimidos em relação aos opressores coloca que, para que isso se concretize, é imprescindível que a situação de opressão não lhes pareça fatal e intransponível: “[...] aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. O fatalismo cede, então, seu lugar ao ímpeto de transformação e de busca, de que os homens se sentem sujeitos” (Freire, 2013, p. 103-104). A normalização da acomodação serve a um pensar ingênuo, que se ajusta, que nega a temporalidade e o próprio ser humano, ao passo que, para um pensar crítico, tem-se a realidade em permanente transformação (justamente para a permanente humanização dos homens) (Freire, 2013, p. 115).

entrar no mestrado ou pós-graduação. A maioria dos estudantes hoje, infelizmente, apesar de terem conhecimento do que tá acontecendo, infelizmente, acabam olhando para o próprio umbigo. A crise é grande, o emprego é difícil, uma bolsa na universidade é difícil demais, está ficando cada dia mais difícil, o corte de verbas na universidade é grande. Só que o estudante não para pra ver que o corte de verbas da universidade está sendo grande. Ele para pra ver que ele não tem uma bolsa de trabalho, existe um individualismo. Eu acho que existe uma relação de distância, e essa relação de distância é um dos fatores fundamentais para a crise que o movimento estudantil está vivendo hoje. (militante 2 – UJS-PC do B) (Mesquita, 2003, p. 124).

Destarte, se colocado em pauta o depoimento dado pelo estudante, de que “a crise é grande, o emprego é difícil, uma bolsa na universidade é difícil demais”, a tentativa de individualização e de desmantelamento social é um dos planos da austeridade neoliberal, visto que se propõe não apenas a destruir de forma conceitual, mas também normativa e prática o conceito de “sociedade”, sendo imprescindível haver ações estatais afirmativas para prevenir a privação de direitos devido ao desespero (Brown, 2020, p.36-38). De outra banda, as abordagens que se visualizam na internet como sendo um campo igualitário e horizontal têm excluído a linguagem classista ou em defesa da luta de classes, mesmo que se trate de um momento histórico “em que os antagonismos de classe são mais pronunciados do que nunca”. Tendo em vista que o objetivo ante a criação e a utilização da internet nunca foi para a promoção de agentes anticapitalistas (até porque é uma ferramenta subjugada pelo *ethos* neoliberal) e, sendo o “seu funcionamento disperso desempoderado em agrupamentos de facções e interesses separados e na eficiência e sobretudo na solidificação de grupos reacionários”, acaba-se levando à necessidade de olhar com uma perspectiva crítica acerca das nuances positivas e negativas da internet no contexto das movimentações sociais, sejam elas democráticas ou antidemocráticas (Mesquita, 2023 p. 27). Assim, a partir do que foi discutido até este ponto, é possível dizer que o movimento estudantil se trata de uma organização social que tem suas articulações influenciadas pelas ferramentas tecnológicas, em especial a internet, bem como, pelo neoliberalismo, que visa o desmantelamento de atores sociais. Para tanto, na próxima seção, verificar-se-á de que maneira a morte dentro do movimento estudantil brasileiro também pode ser tida como sendo um ator social capaz de impactar as reflexões na era da tecnologia.

2. A MORTE COMO ATOR SOCIAL: como o assassinato de estudantes influenciou a política na ditadura

De início, é preciso retomar alguns aspectos acerca do movimento estudantil em um sentido amplo, em especial como sendo a principal frente contra a ditadura militar brasileira, visto que as ações de massa operacionalizadas se mostraram como uma das protagonistas da resistência da época. Para além disso, percebe-se a necessidade de trazer esta discussão em virtude da inevitabilidade de manter a “referência à noção de movimento social no estudo das sociedades contemporâneas, de quaisquer tipos, mesmo que, à primeira vista, pareçam não exigir a utilização de tais noções”, conforme pontuado por Touraine (2006, p. 28; Muller, 2016, p. 17).

Impera ressaltar que a União Nacional dos Estudantes (UNE), principal entidade de representação estudantil, manteve uma atuação, mesmo na ilegalidade, tendo forte influência nas atividades contra o regime (Muller, 2016, p. 18). Inclusive, conforme refere Muller (2016, p. 23), houve um uso político do passado muito forte pelo ator coletivo, sendo que essa instrumentalização do passado se fez a partir de “uma reconstrução do histórico de luta da UNE e da ênfase no martírio de estudantes vítimas de repressão”.

Como exemplo, a historiadora faz referência às mortes de Alexandre Vannucchi Leme (aluno de Geologia da USP e militante da ALN), assassinado em 1973, o “desaparecimento”⁸ de Honestino Guimarães (último presidente da UNE na clandestinidade), que também ocorreu em 1973, e a morte do secundarista Edson Luís, que foi baleado por policiais durante uma manifestação de rua no ano de 1968 (Muller, 2016, p. 23). Cabe registrar que as exemplificações desses casos almejam evidenciar dois aspectos: a) a política de morte historicamente executada pelo Estado brasileiro, sendo ainda mantida-transmutada em uma espécie de necropolítica (Mbembe, 2018) voltada contra determinados segmentos sociais (pobre-periféricos, negros, indígenas, população LGBTQIAPN+); b) a condição dos estudantes-jovens enquanto vidas precárias (Butler, 2015, p. 15), submetidos às mais

⁸ O desaparecimento consistiu em uma técnica central da repressão militar, intensificando-se no Brasil a partir de meados da década de 1970. Nesse sentido, conforme elucida Franco (2021, p. 49), “era preciso fazer desaparecer os corpos, as identidades, os papéis, as marcas, os responsáveis, os relatos, os dados, as informações, os olhares, as cidadanias, as construções - faze desaparecer, ainda que deixando visível. Em um mundo onde tudo pode ser transparente, vence quem tem mais astúcia para se desviar dos olhares, desaparecendo consigo e com os outros. Governar é fazer desaparecer”.

diversas vulnerabilidades, e que ao demandarem por modificações sociais acabam ainda mais expostos à violência nas suas práticas de resistência/luta. Deste modo, à luz do que foi exposto anteriormente, bem como, da breve introdução a este item, relacionar-se-á as mortes de estudantes na época da ditadura militar como sendo um ator social de forte influência política no país. Sobre a comoção e a repercussão do assassinato de Alexandre Vannucchi Leme, Teles relembra:

Em março de 1973, o assassinato do estudante de geologia da Universidade de São Paulo (USP) Alexandre Vannucchi Leme, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), impulsionou protestos que não puderam ser silenciados. A atitude corajosa dos familiares de Alexandre exigindo investigações sobre o caso – afinal, foram divulgadas duas versões oficiais sobre sua morte – tornou possível a articulação de setores da igreja e do incipiente movimento estudantil, que se reorganizava na USP. Dom Paulo Evaristo Arns realizou uma missa de sétimo dia em sua homenagem, na catedral da Sé, com a presença do cantor Sérgio Ricardo, que interpretou a música “Calabouço” e de três mil pessoas, apesar da intensa repressão policial. A indignação e reação causada por sua morte fez com que setores da sociedade civil ocupassem espaços institucionais antes sufocados pela repressão política e a “cultura do medo” (Teles, 2010, p. 267).

Neste norte, pode-se dizer que o sacrifício “patriótico” que fora atribuído às mortes desses estudantes com o passar dos anos acaba caracterizando-se como um elemento de instrumentalização política (Muller, 2016, p. 174) e, também, como um “ator social”, notadamente porque transforma-se em uma simbologia por parte dos que se apropriam que engaja de forma concreta e influente as formas de mobilização na luta pela democracia.

Igualmente, em 1973 “verificou-se um significativo aumento na quantidade de desaparecidos políticos no país. Num total de 73 militantes assassinados, 38 deles se tornaram desaparecidos e 35 compuseram a estatística dos chamados ‘mortos oficiais’”. Aos poucos, “diminuíam os assassinatos mascarados pela versão de suicídio ou tiroteio e surgia com força a figura do *desaparecido*”, o que deflagra todo um outro tipo de violência, dor e mobilização, pois não havendo a confirmação da morte pela materialização de um corpo ou um atestado de óbito, “essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de

ligação com seu passado, dificultando a inscrição dessa experiência na memória⁹ e o trabalho de luto” (Teles, 2010, p. 259).

O sequestro, o desaparecimento, o extermínio dos mortos, também realiza um ato profundamente violento por parte do Estado, visto que “a não explicação da morte violenta torna o luto impossível” (Butler, 2021, p. 70). Essa nuance deve ser lida pela sua evidente violação jurídica individual-familiar-afetiva, mas também requer interpretação enquanto ato político que busca conter ou impedir a insurreição oriunda da morte-luto. Pontua-se, na esteira da explanação de Rodrigues, acerca de Hegel e Butler, o papel central desempenhado pela morte “na luta por reconhecimento, se é a morte que dá sentido à vida, então é preciso [...] universalizar o direito ao luto e superar a hierarquia entre quem tem direito a ser enlutado e quem não tem”. Percebe-se assim que as ações ditatoriais voltadas a governar por meio da gestão da morte-luto são em si atos que executam uma distinção entre “humanos de não humano” (Rodrigues, 2021, p. 70). Anteriormente, contudo, ainda em 1968, quando houve uma explosão de manifestações contra o regime militar e momento em que houve a instituição do Ato Institucional-5¹⁰ (AI-5), o estudante secundarista Edson Luís foi brutalmente assassinado por militares e, embora tenha tido uma trajetória diferente das vítimas mencionadas pela historiadora Muller (2016, p. 184), haja vista que não era um militante engajado na luta contra o regime, ele tornou-se símbolo dos ideais “de um jovem pobre que veio do Pará para o Rio de Janeiro para estudar em busca de um ‘lugar’ dentro da sociedade”.

A morte do secundarista foi muito explorada por outros estudantes que estavam se articulando de forma nacional contra o regime, tendo tido uma grande cobertura da

⁹ Estratégia que marcou um dos mais odiosos campos de concentração, Auschwitz: “Começo com este ponto apenas para dizer que é bem provável que a dimensão realmente nova de Auschwitz esteja em outro lugar. Talvez ela não esteja apenas no desejo de eliminação, mas na articulação entre esse desejo de eliminação e o desejo sistemático de apagamento do acontecimento. Devemos ser sensíveis ao caráter absolutamente intolerável do desejo de desaparecimento. Lembremos, neste sentido, desta frase trazida pela memória de alguns sobreviventes dos campos de concentração, frase que não terminava de sair da boca dos carrascos: ‘Ninguém acreditará que fizemos o que estamos fazendo. Não haverá traços nem memória’. O crime será perfeito, sem rastros, sem corpos, sem memória. Só fumaça saída das câmaras de gás que se esvai no ar. Pois o crime perfeito é aquele que não deixa cadáveres e o pior cadáver é o sofrimento que exige justiça” (Safatle, 2010, p. 237-238).

¹⁰ O Ato Institucional de número 5 representou uma “consolidação” maior da ditadura militar no país quando da sua institucionalização, sendo que esse novo instrumento autoritário armou o Estado de poderes extraordinários, “tal como o primeiro AI, editado em 1964. No entanto, diferente do primeiro Ato, o AI-5 não tinha prazo de expiração e poderia abrir caminho para ditadura eterna dos militares [...] a ditadura se tornou mais militar, mais autoritária, e reduziu o espaço para a atuação de aliados civis, embora estes continuassem presentes, só que agora em posição ainda mais subalterna” (Motta, 2018, p. 2).

imprensa quanto ao ocorrido. Edson estava participando de uma manifestação em busca de melhorias no restaurante e no ambiente estudantil, quando foi baleado pelos militares, falecendo instantaneamente. Seu corpo foi carregado pelos colegas do local em que estava até a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o funeral do jovem (São Paulo, 2023). “A mobilização nacional dos estudantes encontrou eco nas páginas dos jornais e revistas de grande circulação, o que levou o evento a ter uma grande repercussão, tornando-o um ‘ponto de memória’, não somente na história do ME, mas também lembrado pela sociedade em geral” (Muller, 2016, p. 184). Ademais, relembra-se o significado histórico na constante rearticulação humana, de seus vínculos sociais, pois “continuamos a existir em um trabalho de luto como política de memória” (Rodrigues, 2021, p. 71).

Além disso, após a instituição do AI-5, a primeira movimentação dos estudantes foi escrever e publicar um manifesto sobre o estudante Alexandre, que mencionava sua boa índole e dedicação (visto que o regime o colocou como sendo terrorista), no qual se informava que os colegas da USP e de algumas escolas da PUC-SP encontravam-se de luto. Alexandre, diferente de Édson, era um militante que chegou a ser preso, foi torturado e morto de forma proposital pela ditadura militar. Ainda, como a data da morte ocorreu no ano de comemoração dos 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a pauta foi referente a essa questão, especialmente porque a prisão clandestina do universitário (como era comum na época) feria direta e expressamente a DUDH, cujo país era signatário (Muller, 2016, p. 176-184).

As movimentações que ocorreram após a morte do universitário foram apoiadas por várias instituições e atores sociais que de forma direta e indireta também resistiam ao regime ditatorial (Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento Democrático Brasileiro, Associação Brasileira de Imprensa), demonstrando que, não obstante tenha sido uma verdadeira tragédia o que ocorreu com Alexandre, a sua morte serviria para mobilizar a população mesmo em meio ao AI-5 (Muller, 2016, p. 179). A repercussão do ato em torno da morte do estudante foi muito significativa para todo o movimento, especialmente porque ela foi o motivo para uma articulação e organização de um evento que foi contra o regime totalitário quando este estava em um de seus momentos de repressão mais fortes (em 1973), sendo quase mística a influência que isso teve dentro do coletivo (Muller, 2016, p. 182).

Evidencia-se assim a irresignação do movimento estudantil com a condição precária atribuída aos estudantes durante o regime militar, de modo a se opor à atribuição de suas vidas como não passíveis de luto, transformando tal violência estatal em potência de resistência.

Isso significa que a atuação da organização se moveu a partir do luto como categoria-recurso político (Butler, 2019, p. 35), projetando-se sobre a identificação da dor coletiva, despindo-se da melancolia individual e operacionalizando-se para dar visibilidade à condição vulnerável de outros. Em síntese, o luto se impõe como prisma de reavaliação das condições humanas em sociedade, não aceitando que algumas vidas tenham mais consideração do que outras e, tampouco, naturalizando tais perdas como despidas de impacto social. Há valia em mencionar a importância performática das ações do luto realizadas em público, a fim de “expor os limites do que é enlutável e estabelecer novos termos de reconhecimento e resistência” (Butler, 2021, p. 91). Apenas a título de exercício comparativo, basta observar a importância ainda existente nestas ações nos atos realizados acerca da morte da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, de maneira que outros movimentos sociais se apropriam desta estratégia de mobilização, embora ela atualmente seja pouco evidente por parte dos estudantes. Pode-se relacionar essa movimentação com o fato de que novos atores surgem, não sendo necessariamente os de tipo socioeconômico, já que esses novos atores se opõem à globalização que tenta se livrar a todo o custo das forças sociais. Aliás, é preciso compreender que como a experiência humana é, na mesma força, subjugada pela necessidade econômica, também é capaz de destruí-la, havendo nesse ator social que aqui se coloca como a morte dos estudantes um “apelo ao ‘sujeito’ humano, aos seus direitos e às leis que os fazem respeitar” (Touraine, 2011, p. 18).

Ao invés de ter havido um recuo na articulação do ator coletivo (Movimento Estudantil), como aconteceu em vários momentos da história, a exemplo do que pontua Touraine, os próprios intelectuais em relação à ideia comunista que se fecharam e reduziram-se ao silêncio após 1968, ou então, conforme já explicitado, o próprio temor de perder emprego fez com que muitas movimentações fossem reduzidas e quase extintas com o passar das décadas e a consolidação do sistema capitalista, demonstrando que esses estudantes, a partir das mortes de seus companheiros de resistência, conseguiram, em termos de ação de massas, realizar atos de retomada da presença política dos jovens em

favor da democracia (Touraine, 2011, p. 31-34; Muller, 2016, p. 182). Um outro caso que merece ser lembrado é o do estudante Honestino Guimarães, que, como mencionado, foi o último presidente da UNE na clandestinidade e que foi incorporado pelo movimento estudantil como sendo um militante que estava disposto a todos os sacrifícios para a defesa da democracia. As mortes tornaram-se simbologias políticas voltadas à luta pela redemocratização do país e pelo fim do regime ditatorial (Muller, 2016, p. 187).

Aliado a isso, merece menção, mesmo que de forma breve, a reflexão de Touraine (2006, p. 23) acerca do conflito social, que, segundo o sociólogo, tem como alicerce o uso de recursos criados pela sociedade (recursos materiais ou simbólicos), de modo que o resultado das ações de um movimento social se traduz “por transformação da organização social”, o que aqui se interpreta como capacidade de adaptação a partir de um contexto imprevisível (a morte). Assim, não obstante as histórias de vida e de militância dos estudantes sejam diferentes, a forma como a morte deles foi articulada e ressignificada dentro do movimento estudantil, tendo tido uma grande influência no contexto pró-democracia, demonstra que a morte também pode ser vista como um ator social e um elemento a ser utilizado na resistência. Com fulcro nestas construções, inclusive, se poderia estender a indagação: por que as mortes constantes de jovens periféricos não vêm servindo como catalizador para as demandas hodiernas? Por óbvio que esse questionamento escapa às pretensões iniciais, mas é relevante para a convergência dos temas, pois parte da resposta encontra-se em elementos já citados, como a desarticulação social, o *ethos* neoliberal, relações de poder, os ditames capitalistas, e outra camada que parece ainda merecer aprofundamentos, já que diz respeito ao potencial do movimento estudantil nas sociedades tecnológicas.

A alusão supramencionada indica que, seguindo a trilha deixada por Han, na contemporaneidade as relações sociais parecem ser paliativas, ou seja, o desaparecimento/morte antes capaz de produzir a intensidade revolucionária (percepção da alteridade do outro), na atualidade produz somente letargia, parecendo não haver uma dor a ser sentida enquanto sentimento comum/coletivo (Han, 2021, 100 – 101). Portanto, seria viável inferir que as conexões em rede que articulam as mobilizações atuais dos estudantes podem estar a enfraquecer a potência vital contida na morte, mais precisamente a dor sentida em conjunto precisa dos corpos e da força coletiva, algo que se esvai nos cabos de internet. Essa ponderação não visa encerrar o debate deste artigo, ao contrário, pretende

demonstrar que a abertura de sentido se faz em olhar ao passado para repensar o futuro, tendo em mente que os ambientes tecnopolíticos contêm armadilhas, sabotagens, vigilância e estratégias próprias das relações de poder exercidas, e que não podem ser ignoradas pelos estudantes. Como bem lembra Crary (2023, p. 31), “não existem sujeitos revolucionários nas redes sociais”, e por isso a energia vital (que constantemente escapa aos dispositivos de controle) e a potência revolucionária da morte não podem ser encapsuladas nos inóspitos ambientes digitais.

Isso não significa, contudo, que esses espaços não possam ser disputados e que as tecnologias não possam ser apropriadas pelos grupos oprimidos. No escólio de Nemer (2021, p. 20), “essa tensão entre opressão e empoderamento transforma as tecnologias digitais - como qualquer outro aspecto da vida dos oprimidos - em um campo de batalha” e, para as pessoas oprimidas sobreviverem, “elas precisam conscientemente resistir opressões e se apropriar da tecnologia, ao invés de rejeitá-la”. Diante disso, o olhar do movimento estudantil deve alcançar tanto a modernidade tecnológica capaz de conectar distantes indivíduos e grupos em prol das mobilizações sociais, quanto perceber as limitações desses locais, que podem esvaziar o seu protagonismo enquanto ator social. Entende-se como forçosa essa reflexão em um país como o Brasil, o qual tem como regularidade a produção de morte de jovens estudantes, muitos deles já considerados como vidas precárias, e que merecem ser ressignificadas pela força do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, pode-se concluir que o movimento estudantil brasileiro possui uma trajetória que remonta a grandes momentos históricos, além de ter conseguido (ao menos por algum tempo) ser o ator social de maior força e organização, atraindo outros grupos e movimentos sociais para dentro de suas mobilizações. Pode-se dizer que o movimento estudantil trata-se de uma organização social que tem suas articulações influenciadas pelas ferramentas tecnológicas, em especial a internet, que traz para a forma de organização do ator social em comento, ao mesmo tempo, consequências positivas e negativas, especialmente porque, conforme elucidado no texto, as ferramentas digitais são subordinadas ao poder das organizações transnacionais e atores não sociais que influenciam

a política global, logo, ao passo que são utilizadas como ferramentas pró-democráticas, também fluem no sentido oposto, corroborando políticas de deterioração e segregação causadas pelo capitalismo. Ainda, foi possível verificar que o neoliberalismo possui grande influência dentro do movimento estudantil, considerando que a racionalidade neoliberal é muito presente na sociedade atual. A partir do fato de que a tentativa de individualização e de desmantelamento social é um dos planos da austeridade neoliberal, a imprescindibilidade de organização e movimentações de coletivos é evidente, pois isso viabiliza uma continuidade do senso de comunidade na sociedade.

Além disso, conclui-se que as repercussões dos atos que foram organizados a partir das mortes dos estudantes foram muito significativas para todo o movimento estudantil, especialmente porque foram motivos para uma articulação e organização contra o regime totalitário quando este estava em um de seus momentos de repressão mais fortes, sendo quase mística a influência dessas movimentações dentro do coletivo. Em outras palavras, pode-se dizer que a morte dos estudantes no período ditatorial, ao invés de ter influenciado em um recuo na articulação do ator social, transformou os acontecimentos em ondas de manifestações e articulações pró-democráticas pelo movimento, demonstrando que os estudantes se engajaram a partir da morte de seus companheiros, conseguindo realizar ações de massas para a retomada da presença política dos jovens em favor da democracia. Por fim, conforme explicitado no último tópico, mesmo que as histórias de vida e de militância dos estudantes que tiveram suas vidas ceifadas sejam diferentes, a forma como a morte deles foi articulada e ressignificada dentro do movimento estudantil demonstra que a morte também pode ser vista como um ator social e um elemento a ser utilizado na resistência, especialmente porque foi marcada de uma grande influência no contexto pró-democracia.

Ao passo que essa pesquisa tenha logrado trazer à tona as respostas pretendidas pela delimitação inicial, a complexidade e sensibilidade do tema geraram, no curso da investigação, novas inquietações. Jovens, estudantes, grupos vulnerabilizados por diversos marcadores sociais continuam sendo sistematicamente assassinados no presente (inclusive, pela atuação violenta do Estado), porém, sem que suas mortes pareçam estar sendo capazes de inflamar uma revolta organizada, tal como ocorrido nos episódios históricos abordados no trabalho. Os dados coletados até o momento permitem traçar uma hipótese bastante

verossímil de que este é mais um sintoma da desarticulação social provocada pela racionalidade neoliberal. Essa conjectura deixa um sinal de alerta sobre a necessidade de que se investigue mais a fundo a temática, mas, sobretudo, sobre a urgência de se encarar os ambientes e tecnologias digitais como espaços de/em disputa. Há uma evidente vantagem do sistema capitalista em direção à manutenção do *status quo*, já que tais tecnologias são produzidas, aplicadas e controladas a seu serviço, porém, rememorando Michel Foucault, “onde há poder, há resistência”.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. ETHICS: An essay on the understanding of evil. London/New York: Verso, 2002.

BERNES, Jasper; CLOVER, Joshua. HISTÓRIA E A ESFINGE: de motins e revoltas. 2012. LARB (Los Angeles Review of Books). Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/history-and-the-sphinx-of-riots-and-uprisings/>. Acesso em: 12 set. 2023.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. História constitucional do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUTLER, Judith. A FORÇA DA NÃO VIOLÊNCIA: um vínculo ético-político. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **QUADROS DE GUERRA: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 2015.

_____. **VIDA PRECÁRIA: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CHIGNOLA, Sandro. FOUCAULT ALÉM DE FOUCAULT: uma política da filosofia. Porto Alegre: Criação Humana, 2020.

CRARY, Jonathan. TERRA ARRASADA: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. São Paulo: Ubu, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A NOVA RAZÃO DO MUNDO: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2017.

FISHER, Mark. REALISMO CAPITALISTA: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRANCO, Fábio Luís. GOVERNAR OS MORTOS: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 54. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HAN, Byung-Chul. SOCIEDADE PALIATIVA: a dor hoje. Petrópolis: Vozes, 2021.

LAZZARATO, Maurizio. O GOVERNO DAS DESIGUALDADES: crítica da insegurança neoliberal. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 2 ed. São Paulo: N1 edições, 2018.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, v.66, p.117-149. Outubro 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1151>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MÜLLER, Angélica. O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979). Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. Revista Brasileira de História, v. 38, n. 79, p. 195–216, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NEMER, David. TECNOLOGIA DO OPRIMIDO: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Vitória: Milfontes, 2021.

NUNES, Rodrigo. NEM HORIZONTAL NEM VERTICAL: uma teoria da organização política. São Paulo: Ubu, 2023.

RODRIGUES, Carla. O LUTO ENTRE CLÍNICA E POLÍTICA: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SABARIEGO, Jesús. Recientes movimientos sociales globales y tecnopolítica desde las Epistemologías del Sur. *Pensamiento al margen*, n. 8, p. 74-89, 2018. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/103779>. Acesso em 19 ago. 2024.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: **TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). O QUE RESTA DA DITADURA: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

SAID-HUNG, Elias; VALENCIA-COBOS, Jorge. Twitter y movilización social en Venezuela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, junho/2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dmrv6ZRqdRkmvYLDMjrT8ks/?lang=es>. Acesso em: 10 set. 2023.

SÃO PAULO. Memorial da Resistência de São Paulo. Edson Luiz de Lima Souto. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/edson-luiz-de-lima-souto/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas.

Educação & Sociedade, v. 41, e228732, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ssmN855vJ5bZWdm5cb6HxxN/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

TELES, Janáina de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: **TELES**, Edson; **SAFATLE**, Vladimir (Orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOURAINÉ, Alain. Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado, v. 21, p. 17-28, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/3QY76c7QYKM6NjnXV5y7Wk/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 ago. 2024.

TUFEKCI, Zeynep. **TWITTER AND TEAR GAS: the power and fragility of networked protest**. London: Yale University Press, 2017.